

AUTORIDADE EUROPEIA PARA A PROTEÇÃO DE DADOS

Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados sobre a proposta de Decisão do Conselho relativa à posição à adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto de Cooperação Aduaneira entre a UE e a China, no que se refere ao reconhecimento mútuo do programa relativo aos Operadores Económicos Autorizados na União Europeia e do Programa de medidas na República Popular da China sobre a gestão aduaneira de classificação de empresas

(O texto integral do presente parecer está disponível em inglês, francês e alemão no sítio web da EDPS em www.edps.europa.eu)

(2014/C 227/05)

I. Introdução

I.1. Consulta da EDPS e objetivo do parecer

1. Em 26 de fevereiro de 2014, a Comissão publicou a sua proposta de Decisão do Conselho relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto de Cooperação Aduaneira entre a UE e a China, no que se refere ao reconhecimento mútuo do programa relativo aos Operadores Económicos Autorizados (a seguir os «Programas» na União Europeia e do Programa de medidas na República Popular da China sobre a gestão aduaneira de classificação de empresas (a seguir «a Proposta»). A Proposta contém, em anexo, um projeto de Decisão do Comité Misto de Cooperação Aduaneira («CMCA») criado ao abrigo do Acordo de cooperação e de assistência administrativa mútua em matéria aduaneira celebrado entre a UE e a China (a seguir «o projeto de Decisão»).
2. A EDPS tinha sido já informalmente consultada e teve a oportunidade de apresentar observações à Comissão. O objetivo do presente parecer consiste em complementar essas observações à luz da presente Proposta e tornar públicos os pontos de vista da EDPS.
3. Neste parecer, a EDPS analisará os aspetos do projeto de Decisão relacionados com a proteção de dados, com base sobretudo nas disposições relevantes do Regulamento (CE) n.º 45/2001, tomando em consideração a interpretação dada às principais disposições sobre a transferência de dados pessoais no Documento de trabalho do Grupo de trabalho do artigo 29.º, de 25 de novembro de 2005, sobre uma interpretação comum do n.º 1 do artigo 26.º da Diretiva 95/46/CE⁽¹⁾ e no Documento de trabalho, de 24 de julho de 1998, sobre a transferência de dados pessoais para países terceiros⁽²⁾.

I.2 Contexto da Proposta

4. A legislação da UE sobre Operadores Económicos Autorizados foi aprovada através de uma alteração ao Código Aduaneiro Comunitário (Regulamento 648/2005 adotado em abril de 2005). Esta alteração entrou em vigor em janeiro de 2008.
5. As relações aduaneiras entre a UE e a China têm por base o Acordo de cooperação e de assistência administrativa mútua em matéria aduaneira celebrado entre a UE e a China (a seguir «o Acordo»), de 8 de dezembro de 2004. Nos termos do Acordo, as autoridades aduaneiras das Partes comprometem-se a desenvolver a cooperação aduaneira sobre todas as questões relacionadas com a aplicação da legislação aduaneira.
6. Segundo a Proposta, o reconhecimento mútuo deve permitir que a UE e a China concedam benefícios aos operadores económicos que tenham investido no cumprimento e na segurança da cadeia de abastecimento e que tenham sido certificados no âmbito dos respetivos programas de parceria comercial.
7. Em junho de 2012, o CMCA decidiu iniciar negociações formais sobre o reconhecimento mútuo dos Programas. Desde então, realizaram-se três rondas de negociações: a primeira em janeiro de 2013, a segunda em março de 2013 e a terceira em outubro de 2013 para finalizar o projeto de decisão do CMCA sobre o reconhecimento mútuo de AEO.

⁽¹⁾ WP 114, disponível em: http://ec.europa.eu/justice/policies/privacy/docs/wpdocs/2005/wp114_pt.pdf

⁽²⁾ «Aplicação dos artigos 25.º e 26.º da Diretiva comunitária relativa à proteção de dados» (WP 12), disponível em: http://ec.europa.eu/justice/policies/privacy/docs/wpdocs/1998/wp12_pt.pdf

8. Na Proposta, solicita-se ao Conselho que adote uma posição da União sobre o projeto de Decisão do CMCA, com base no artigo 207.º, n.º 4, primeiro parágrafo, em conjugação com o artigo 218.º, n.º 9, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE»). A base jurídica do projeto de Decisão do CMCA é o artigo 21.º do Acordo.

IV. Conclusões

43. A EDPS congratula-se com o facto de o projeto de Decisão estabelecer uma série de garantias em matéria de proteção de dados. No entanto, essas garantias não preenchem todos os requisitos necessários para serem consideradas «garantias suficientes» à luz do artigo 9.º, n.º 7.
44. Além disso, a EDPS tem algumas dúvidas quanto à eficácia de tais garantias na prática e considera que a inexistência de uma autoridade de controlo independente na República Popular da China suscita alguma preocupação.
45. Em especial, recomenda o seguinte:
- a confirmação de que o projeto de Decisão é vinculativo para ambas as Partes e prevalecerá sobre a legislação nacional chinesa;
 - a especificação, no projeto de Decisão, das categorias de dados que irão ser objeto de intercâmbio;
 - a identificação do responsável pelo tratamento do lado da UE;
 - a notificação da EDPS e do encarregado da proteção de dados pela Comissão, em conformidade com os artigos 25.º e 27.º do Regulamento (CE) n.º 45/2001 (controlo prévio);
 - a apresentação de garantias suficientes à EDPS para efeitos de autorização, em conformidade com o artigo 9.º, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 45/2001;
 - a interpretação do artigo 17.º, n.º 4, do Acordo à luz do artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 45/2001;
 - a indicação de que os dados devem ser adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que foram transferidos ou tratados posteriormente;
 - a fixação de um período máximo de conservação;
 - a estipulação de que apenas será permitida a transferência posterior de dados pessoais se o destinatário garantir um nível de proteção equivalente ao exigido no projeto de Decisão;
 - a indicação de que as pessoas em causa devem ser informadas, antes da transferência, sobre a finalidade do tratamento, a identidade do responsável pelo tratamento no país terceiro, a possibilidade de transferência ulterior, os seus direitos de acesso, retificação e oposição e o seu direito de recurso e reparação;
 - o estabelecimento de garantias adicionais, tais como o direito das pessoas conhecerem a lógica subjacente à decisão, no caso de decisões automatizadas;
 - a imposição de sanções com efeito dissuasor em caso de não cumprimento das obrigações estabelecidas no projeto de Decisão;
 - a inclusão de informações práticas sobre os meios de recurso disponíveis no projeto de Decisão ou, pelo menos, na correspondência trocada entre as Partes ou em documentos que acompanhem o projeto de Decisão;
 - a indicação dos meios de reparação dos danos eventualmente causados por atos ou omissões das autoridades chinesas;
 - a indicação de que as Partes no projeto de Decisão devem analisar, em conjunto, a implementação dos aspetos do projeto de Decisão relacionados com a proteção de dados, quer no quadro do CMCA quer no âmbito de um processo autónomo, bem como a previsão do envolvimento das autoridades nacionais de proteção de dados da UE, quando relevante;

- a indicação, em especial, de que qualquer operação de tratamento de dados pessoais abrangida pelo projeto de Decisão está sujeita ao controlo e exame das autoridades competentes das Partes nos termos do artigo 6.º, n.º 9;
- a especificação dos meios de reparação dos danos causados por atos ou omissões das autoridades chinesas;
- a indicação de que, se tal lhes for solicitado, as autoridades chinesas competentes para a implementação do projeto de Decisão devem fornecer provas bastantes do cumprimento e assegurar o acesso da equipa de inspeção da UE à documentação, sistemas e pessoal relevantes;
- a indicação de que, um ano após a entrada em vigor do projeto de Decisão, a Comissão deve apresentar um relatório sobre a aplicação dos princípios da proteção de dados.

Feito em Bruxelas, 14 de março de 2014.

Peter HUSTINX

Autoridade Europeia para a Proteção de Dados
